

SECRETARIA DA FAZENDA



EC 87/2015 - ICMS CONSUMIDOR FINAL
OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS PARA
CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS

atualizado em **01/11/2016**

alterado o item 2.7.2

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÕES	
DATA ATUALIZAÇÃO	ITENS ALTERADOS
16/09/2016	- alterados: Introdução, 1.2.2, 1.3, 1.5.4 e 1.7
08/09/2016	- alterados: Introdução, 2.8, 3.2, 5.2 e 5.3
08/08/2016	- alterado: 3.2
01/08/2016	- acrescentados os itens 4.1.9 e 4.2.12
28/04/2016	- alterado: 1.6
26/04/2016	- alterado: 3.2 - acrescentados: 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5
01/04/2016	- alterados: 1.5.4, 1.6, 1.7, 2.4.4, 4.2.9 e 4.2.10 - acrescentados: 4.1.7, 4.1.8, 4.2.11, 5 e 5.1
07/03/2016	- alterados: 2.8 e 3.1 - acrescentados: 4.2.9 e 4.2.10
03/03/2016	- alterados: 2.4.4, 2.4.5, 2.6, 3.2, 4.2.2 e 4.2.6 - acrescentado: 2.8
12/02/2016	- alterados: 1.1, 2.2, 3.2, 4.2.2 e 4.2.3 - acrescentados: 4.2.6, 4.2.7 e 4.2.8
26/01/2016	- alterados: 1.3.1, 1.3.2, 1.6, 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 4.1 e 4.2 - acrescentados: 1.5.5 e 2.4.5
22/01/2016	- alterados: 1.4.1, 2.4.1, 2.6, 3.1 e 4.8 - acrescentado: 4.9
19/01/2016	- alterados: 2, 2.4.1, 2.4.2 e 2.7 - acrescentado: capítulo 4
12/01/2016	- alterados: Introdução, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 2, 2.1 e 2.4 - acrescentados: 2.7 e 3
05/01/2016	- alterados: 1.8 e 2.2

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM PERNAMBUCO.....	6
1.1 Base de Cálculo.....	6
1.2 Cálculo do ICMS Consumidor Final.....	6
1.2.1 Regra geral.....	6
1.2.2 Mercadorias cuja operação interna em Pernambuco contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza.....	7
1.3 Benefícios fiscais.....	8
1.3.1 Benefícios na UF de origem.....	8
1.3.2 Benefícios na UF de destino.....	8
1.4 Emissão do documento fiscal.....	8
1.4.1 Nota Fiscal eletrônica – NF-e.....	8
1.4.2 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.....	9
1.5 Recolhimento do imposto.....	10
1.5.1 Obrigação tributária.....	10
1.5.2 Partilha provisória.....	10
1.5.3 FECEP.....	11
1.5.4 Prazos de recolhimento.....	11
1.5.5 Quadro-resumo.....	12
1.6 Inscrição estadual.....	12
1.7 Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária – GIA-ST.....	13
2. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE PERNAMBUCO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO.....	13
2.1 Cálculo do ICMS Consumidor Final.....	14
2.1.1 Regra Geral.....	14
2.1.2 Mercadorias cuja operação interna na UF de destino contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza.....	14
2.2 Benefícios Fiscais.....	14
2.3 Emissão de documento fiscal.....	14
2.4 Recolhimento do imposto.....	15
2.4.1 Obrigação tributária.....	15
2.4.2 Partilha provisória.....	15
2.4.3 FCP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza.....	15
2.4.4 Prazos de recolhimento.....	15

2.4.5 Quadros-resumo.....	16
2.5 Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária – GIA-ST.....	17
2.6 Escrituração Fiscal.....	17
2.7 Mercadoria sujeita à substituição tributária em PE.....	17
2.7.1 Emissão do documento fiscal.....	18
2.7.2 Escrituração fiscal.....	18
2.7.3 Ressarcimento do ICMS quando recolhido a maior para PE.....	18
2.8 Operação efetuada por contribuinte não inscrito no CACEPE.....	18
3. SIMPLES NACIONAL.....	19
3.1 Aplicabilidade.....	19
3.2 Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação – DeSTDA.....	19
4. EXEMPLOS.....	20
4.1 Operações / prestações destinadas a Pernambuco.....	20
4.2 Operações / prestações iniciadas em Pernambuco.....	24
5. PERGUNTAS E RESPOSTAS.....	37
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	39

INTRODUÇÃO

Constituição Federal/1988 art. 155, VII e VIII, § 2º; Convênio ICMS 93/2015; Convênio ICMS 153/2015; Lei nº 12.523/2003, art.2º, I, art. 3º; Decreto nº 42.546/2015

Até 31/12/2015, as operações e prestações interestaduais com mercadorias e serviços destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS eram tributadas utilizando-se a alíquota aplicada às operações e prestações internas na Unidade da Federação - UF de origem dos bens ou serviços (UF do remetente ou prestador), e a receita do ICMS pertencia totalmente a esta.

A partir de 01/01/2016, com a promulgação da Emenda Constitucional 87/2015, essas operações e prestações passam a ser tributadas com alíquota interestadual, ficando este ICMS na UF de origem, e cabendo à UF de destino o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna da UF de destino e a alíquota interestadual.

OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE VENDA A CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS

	ATÉ 31/12/2015	A PARTIR DE 01/01/2016	
UF TRIBUTANTE	UF ORIGEM	UF ORIGEM	UF DESTINO
ALÍQUOTA	INTERNA DA UF ORIGEM	INTERESTADUAL (12%, 7% ou 4%)	--
IMPOSTO DEVIDO	Apuração (Regime Normal) ou Faturamento (Simples Nacional)	Apuração (Regime Normal) ou Faturamento (Simples Nacional)	Diferença entre a alíquota interna da UF de destino e a alíquota interestadual*
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO	DAE (Regime Normal) ou DAS (Simples Nacional)	DAE (Regime Normal) ou DAS (Simples Nacional)	GNRE ou documento de arrecadação da UF de destino

*Observar partilha provisória (itens 1.5.2 e 2.4.2 deste informativo)

No período de 2016 a 2018, a diferença de alíquota, que a princípio seria 100% da UF de destino, será partilhada em percentuais anuais estabelecidos no Convênio 93/2015, chegando a ser totalmente da UF de destino a partir de 2019.

Para fins didáticos, passaremos a chamar a diferença de alíquota pertencente à UF de destino nas operações e prestações interestaduais que destinem bens ou serviços a não contribuinte do ICMS de **“ICMS Consumidor Final”**.

Quando a operação interna da UF de destino contemplar o adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FCP de até 2%, conforme legislação de cada UF, este adicional deverá ser recolhido à parte e integralmente para a UF de destino, inclusive no período em que o ICMS Consumidor Final for partilhado entre as UF's envolvidas. As UF's de origem deixam, portanto, de cobrar o referido adicional nas operações interestaduais a consumidor final não inscrito, passando a recebê-lo quando for UF de destino. Em Pernambuco, este adicional é denominado de Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECEP.

Para cálculo do ICMS Consumidor Final, os benefícios fiscais de redução de base de cálculo ou isenção concedidos no local de destino devem ser considerados. Já os benefícios porventura vigentes no local de origem não devem ser considerados no referido cálculo.

Na página do CONFAZ na Internet (www.confaz.fazenda.gov.br) em “Legislação” > “Alíquotas ICMS estaduais” podem ser encontradas as alíquotas e alguns benefícios das diversas UF's, como isenção e redução de base de cálculo.

A responsabilidade pelo recolhimento do ICMS Consumidor Final, bem como do adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, quando houver, é do contribuinte da UF de origem, que deve utilizar GNRE – Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais ou documento específico da UF de destino, com códigos distintos, podendo fazê-lo no início de cada operação ou prestação, ou mensalmente, se já for inscrito como contribuinte substituto na UF de destino, ou se vier a obter inscrição com a finalidade de realizar estas operações ou prestações a consumidor final.

DESTINAÇÃO DO ICMS A PARTIR DE 01/01/2016

UF ORIGEM (UF DO REMETENTE DA MERCADORIA OU DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO)	UF DESTINO (UF DO DESTINATÁRIO DA MERCADORIA OU DO TÉRMINO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO)
ICMS alíquota interestadual	--
ICMS Consumidor Final (até 2018, parcial)	ICMS Consumidor Final (até 2018, parcial. A partir de 2019, total)
--	FCP, se houver

1. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM PERNAMBUCO

A partir de 01/01/2016, quando o fato gerador do ICMS ocorrer em outra UF, com operações ou prestações interestaduais que destinem bens e serviços para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em Pernambuco, cabe a este Estado o montante do imposto aqui denominado ICMS Consumidor Final, relativo à diferença entre a alíquota vigente para a operação ou prestação interna e a utilizada na operação/prestação interestadual (Lei nº 11.408/1996, art. 5º, § 1º, § 2º; Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, I, §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º).

1.1 Base de Cálculo

Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, § 1º

A base de cálculo do ICMS Consumidor Final é única e corresponde ao valor da operação ou o preço do serviço, observado o disposto no § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 87/1996.

IMPORTANTE:

O valor do desconto concedido de forma **incondicional** não integra a base de cálculo do ICMS, ou seja, deve-se considerar o valor da operação abatido o desconto.

1.2 Cálculo do ICMS Consumidor Final

1.2.1 Regra geral

Lei nº 11.408/1996, art. 5º, § 1º; Convênio ICMS 93/2015

Para encontrar o valor do ICMS Consumidor Final, o contribuinte deve:

- a) aplicar a alíquota interna da UF de destino sobre a base de cálculo (valor da operação ou prestação), para encontrar o ICMS total devido na operação ou prestação;

- b) aplicar a alíquota interestadual vigente na UF do remetente à mesma base de cálculo, para encontrar o ICMS de origem;
- c) o ICMS Consumidor Final corresponderá ao valor da diferença entre os itens acima (a – b).

$$\text{ICMS Consumidor Final} = (\text{BC} \times \text{alíquota interna da UF de destino}) - (\text{BC} \times \text{alíquota interestadual UF de origem})$$

1.2.2 Mercadorias cuja operação interna em Pernambuco contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza

Lei nº 10.259/1989, art.23-B, II, a, b, § 2º; Lei nº 12.523/2003, art. 2º, I, art. 3º; Decreto nº 26.402/2004

Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final, o remetente deve observar a legislação da UF de destino, de modo a identificar se a mercadoria está sujeita ao adicional de ICMS relativo ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FCP (em Pernambuco, FECEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza). Este deverá ser recolhido à parte e integralmente para a UF de destino.

ANEXO 2 da Lei nº 10.259/1989

PRODUTO RELACIONADO NA LEI Nº 12.523/2003 - FECEP

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CLASSIFICAÇÃO NBM/SH	ALÍQUOTA %
Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos.	2402	29
Gasolina	8711	
Armas	9302, 9303 e 9304	
Partes e acessórios de revólveres e pistolas.	9305	
Bombas, granadas, torpedos, minas, mísseis, cartuchos e outras munições e projéteis e suas partes, incluídos os zagalotes, chumbos de caça e buchas para cartuchos.	9306	
Bebidas alcoólicas, exceto aguardente de cana-de-açúcar ou de melão.	2203 a 2208	27
Balões, dirigíveis, planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor.	8801.00.00	
Veículo aéreo para propulsão com motor, do tipo "ultraleve".	8802	
lates e outros barcos e embarcações de recreio ou de esporte, barcos a remo, canoas e jet-skis.	8903	

Em Pernambuco, as mercadorias sujeitas ao FECEP são as acima relacionadas, cujas alíquotas internas já contemplam o adicional de **2%** destinado ao referido fundo. O remetente situado em outra UF deve fazer o cálculo do FECEP de forma separada, excluindo da alíquota interna este percentual.

$$\text{ICMS Consumidor Final} = [\text{BC} \times (\text{alíquota interna em PE} - 2\%)] - \text{BC} \times \text{alíquota interestadual}$$

$$\text{Adicional do FECEP para Pernambuco} = \text{BC} \times 2\%$$

1.3 Benefícios fiscais

Convênio ICMS 153/2015

1.3.1 Benefícios na UF de origem

Quando a operação ou prestação interestadual for beneficiada com redução de base de cálculo ou isenção, implementadas na UF de **origem**, o cálculo do ICMS Consumidor Final será efetuado considerando-se a diferença entre a alíquota interna da UF de destino e a alíquota interestadual estabelecida pelo Senado Federal para a respectiva operação ou prestação, independente da redução ou isenção concedida na operação/prestação interestadual.

A fórmula de cálculo é a mesma apresentada no item 1.2.1 deste informativo.

No entanto, o ICMS a ser recolhido na origem, e destacado no documento fiscal como ICMS interestadual, deve ser calculado considerando a redução, ou não destacado nem recolhido se for o caso de isenção.

1.3.2 Benefícios na UF de destino

Quando houver benefício de redução de base de cálculo, inclusive carga tributária líquida, na correspondente operação/prestação interna da UF de **destino**, este deve ser considerado no cálculo do ICMS Consumidor Final.

Redução de base de cálculo na UF de destino:

$$\text{ICMS Consumidor Final} = [(BC \text{ original} \times \text{alíquota interna da UF de destino}) - (BC \text{ original} \times \text{alíquota interestadual UF de origem})] \times \% \text{ BC devido}$$

Onde % BC devido = percentual da base de cálculo efetivamente utilizado no cálculo das respectivas operações internas da UF de destino.

Nos casos de isenção implementada na correspondente operação/prestação interna da UF de destino, deve constar no documento fiscal apenas o valor da alíquota interestadual a ser recolhido à UF de origem. Não há recolhimento para a UF de destino, inclusive quando o remetente for optante do Simples Nacional.

IMPORTANTE:

1. Considera-se unidade federada de destino do serviço de transporte aquela onde tenha fim a prestação. O recolhimento não se aplica quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e Ordem (cláusula *CIF – Cost, Insurance and Freight*).
2. As prestações internas de transporte rodoviário ou ferroviário de carga em Pernambuco são **isentas**, conforme convênio autorizado e implantado. Logo, nas aquisições interestaduais de serviço de transporte na modalidade FOB, realizadas por consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em Pernambuco, não haverá ICMS Consumidor Final a ser recolhido (Decreto nº 14.876/1991, art. 9º, CXIX).

1.4 Emissão do documento fiscal

As operações com mercadorias e as prestações de serviço de transporte interestaduais de cargas para consumidor final não contribuinte do ICMS devem ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica – NFe, modelo 55 e o Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.

1.4.1 Nota Fiscal eletrônica – NF-e

As operações interestaduais para consumidor final não contribuinte do ICMS devem ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, a qual deve conter as informações previstas no Ajuste SINIEF

nº 07/2005 e também no Convênio ICMS nº 93/2015. Para a emissão da NF-e devem ser observadas ainda as regras previstas na Nota Técnica 2015/003 disponível no “Portal da Nota Fiscal Eletrônica” (<http://www.nfe.fazenda.gov.br>).

Em face das novas regras de tributação para as operações de venda para consumidor final não contribuinte do ICMS, foi criado um novo grupo de informações a ser preenchido quando da emissão da NF-e, denominado “Grupo de Tributação do ICMS para a UF de destino”:

- Valor da Base de Cálculo do ICMS na UF de destino;
- Percentual do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza na UF de destino, se houver;
- Alíquota interna da UF de destino (informar sem o percentual do Fundo de Combate à Pobreza, se houver);
- Alíquota interestadual das UFs envolvidas:
 - 4% alíquota interestadual para produtos importados;
 - 7% para as UFs de origem do Sul e Sudeste (exceto ES), destinado às UFs do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo;
 - 12% para os demais casos;

Percentual provisório de partilha do ICMS Interestadual para UF de destino: 40% em 2016, 60% em 2017, 80% em 2018 e 100% a partir de 2019;

- Valor do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza da UF de destino, se houver;
- Valor do ICMS Interestadual para a UF de destino (ICMS Consumidor Final - destino);
- Valor do ICMS Interestadual para a UF do remetente (ICMS Consumidor Final - origem).

Já no grupo “Total da Nota Fiscal” foram criados novos campos para identificar a distribuição do ICMS Interestadual para a UF de destino na operação interestadual de venda para consumidor final não contribuinte do ICMS:

- Valor total do ICMS relativo Fundo de Combate à Pobreza da UF de destino;
- Valor total do ICMS Interestadual para a UF de destino (ICMS Consumidor Final - destino);
- Valor total do ICMS Interestadual para a UF do remetente (ICMS Consumidor Final - origem).

IMPORTANTE:

Não haverá alteração no leiaute do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, mas as empresas remetentes devem informar, no campo de “Informações Complementares”, os valores descritos no grupo de tributação do ICMS para a UF de destino, visando facilitar o processo de controle realizado pelas equipes de fiscalização de mercadorias em trânsito.

1.4.2 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e

As prestações interestaduais de serviços de transporte para consumidor final não contribuinte do ICMS devem ser acobertadas pelo Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, contendo as informações previstas no Ajuste SINIEF nº 09/2007 e também no Convênio ICMS nº 93/2015. Para a emissão do CT-e devem ser observadas ainda as regras previstas nas Notas Técnicas 2015/003 e 2015/004, disponíveis no “Portal do Conhecimento de Transporte Eletrônico” (<http://www.cte.fazenda.gov.br>).

Para identificar o ICMS Interestadual nas prestações para consumidor final não contribuinte do ICMS, foi criado um novo grupo denominado “Informações do ICMS de partilha com a UF de término do serviço de transporte na operação interestadual”, devendo ser preenchidas as seguintes informações:

- Valor da Base de Cálculo do ICMS na UF de término da prestação do serviço de transporte;

- Percentual de ICMS correspondente ao Fundo de Combate à pobreza na UF de término da prestação, se houver;
- Alíquota interna da UF de término da prestação do serviço de transporte;
- Alíquota interestadual das UF envolvidas;
- Percentual provisório de partilha para UF de destino: 40% em 2016; 60% em 2017; 80% em 2018, e 100% a partir de 2019;
- Valor de ICMS correspondente ao Fundo de Combate à Pobreza na UF de término da prestação, se houver;
- Valor do ICMS de partilha para a UF de término da prestação do serviço de transporte;
- Valor do ICMS de partilha para a UF de início da prestação do serviço de transporte.

IMPORTANTE:

Não haverá alteração no leiaute do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE. No entanto, as empresas emitentes do CT-e devem informar, no campo de “informações adicionais”, os valores recolhidos através de GNRE e descritos no campo “Valor do ICMS de partilha para a UF de término da prestação do serviço de transporte” visando à conferência nas unidades de fiscalização de mercadorias em trânsito das UFs de término da prestação do serviço de transporte.

1.5 Recolhimento do imposto

1.5.1 Obrigação tributária

Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, I, “c”, II, “c”; Lei nº 10.259/1989, art. 23–A, § 2º, II, “b”; Convênio SINIEF 06/1989, art. 88-A, § 1º, I, “n” e “o”; Portaria SF nº 012/2003

A obrigação tributária de recolhimento do ICMS Consumidor Final cabe ao contribuinte remetente do bem ou prestador do serviço, inclusive quando optante pelo Simples Nacional.

O contribuinte localizado em outra UF deve recolher o ICMS Consumidor Final para Pernambuco através de GNRE - Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais, com os seguintes códigos, observando-se a partilha provisória citada no próximo item:

- 10010-2 - ICMS Consumidor Final, recolhimento a cada operação/prestação;
- 10011-0 - ICMS Consumidor Final, recolhimento mensal, por apuração.

Os recolhimentos efetuados através dos códigos de GNRE acima mencionados serão transformados no código de receita (interno) 076-0.

1.5.2 Partilha provisória

Lei nº 10.259/1989, art. 23–A, § 3º; Convênio ICMS 93/2015, cláusula décima

Entre os exercícios 2016 a 2018, o valor do ICMS Consumidor Final obtido através das fórmulas de cálculo deste informativo deve ser partilhado entre as UFs de origem e de destino. A partir de 2019 este imposto será totalmente recolhido para a UF de destino.

Quando o consumidor final estiver localizado em Pernambuco, deverá ser recolhido para este Estado parte do ICMS Consumidor Final, nos percentuais de 40% em 2016; 60% em 2017 e 80% em 2018.

TABELA DE PARTILHA PROVISÓRIA DO ICMS CONSUMIDOR FINAL

ANO	UF ORIGEM	UF DESTINO
2016	60%	40%
2017	40%	60%
2018	20%	80%
2019	---	100%

1.5.3 FECEP

Convênio SINIEF 06/1989, art. 88-A, § 1º, I, "p" e "q"

Nas operações interestaduais para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em PE, com mercadorias sujeitas ao recolhimento do adicional de 2% do FECEP, conforme descrito no item 1.2.2 deste informativo, este será recolhido em separado e **integralmente** para Pernambuco (não há partilha provisória deste valor).

O remetente do bem ou prestador de serviço localizado em outra UF deve recolher o FECEP para Pernambuco através de GNRE, com os seguintes códigos:

- 10012-9 - ICMS Fundo Estadual de Combate à Pobreza, recolhimento por operação;
- 10013-7 - ICMS Fundo Estadual de Combate à Pobreza, recolhimento mensal, por apuração.

Os recolhimentos efetuados através dos códigos de GNRE acima mencionados serão transformados internamente no código de receita 099-0.

1.5.4 Prazos de recolhimento

Convênio ICMS 93/2015, cláusula quarta e cláusula quinta, §§ 2º e 5º

Os contribuintes **não inscritos** no CACEPE devem recolher o ICMS Consumidor Final e o FECEP (quando houver) na saída do bem ou no início da prestação, em relação a cada operação ou prestação. As GNREs devem mencionar o número do respectivo documento fiscal e acompanhar o trânsito do bem ou a prestação do serviço.

Os contribuintes **inscritos** no CACEPE recolherão o ICMS Consumidor Final e o FECEP (quando houver) até o dia 15 do mês subsequente à saída do bem ou ao início da prestação de serviço. Na hipótese de já possuir inscrição como contribuinte substituto, o prazo para os recolhimentos acima citados será aquele previsto no respectivo convênio ou protocolo que dispõe sobre a substituição tributária, com o código específico previsto para o recolhimento do ICMS Consumidor Final, citado no item 1.5.5 deste informativo.

IMPORTANTE:

A inadimplência do contribuinte inscrito em relação ao ICMS Consumidor Final, ou a irregularidade de sua inscrição estadual faculta à unidade federada de destino exigir que o imposto seja recolhido na saída da mercadoria ou início da prestação.

1.5.5 Quadro-Resumo

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO A PERNAMBUCO

Imposto		ICMS CONSUMIDOR FINAL		FECEP	
Contribuinte		Inscrito no CACEPE	NÃO inscrito no CACEPE	Inscrito no CACEPE	NÃO inscrito no CACEPE
Documento de arrecadação		GNRE	GNRE	GNRE	GNRE
Código de receita		10011-0	10010-2	10013-7	10012-9
Prazos de recolhimento	inscrito no regime EC 87/2015	dia 15 do mês subsequente	antes da saída do bem ou início da prestação	dia 15 do mês subsequente	antes da saída do bem ou início da prestação
	inscrito no regime Substituto Tributário	prazo previsto no convênio ou protocolo de ST		prazo previsto no convênio ou protocolo de ST	

1.6 Inscrição Estadual

Convênio ICMS 152/2015, cláusula terceira; Portaria SF nº 140/2013, art. 3º, §§ 9º e 10

A SEFAZ-PE criou um regime de pagamento específico denominado **Regime EC 87/2015** para o contribuinte localizado em outra Unidade da Federação que realizar operações ou prestações interestaduais para consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco. As inscrições estaduais no CACEPE - Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco serão concedidas àqueles contribuintes que apresentarem um volume mensal de operações/prestações destinadas a PE igual ou superior a 30 nos últimos 12 meses de atividade ou período inferior, no caso de início de atividade.

Para obtenção da inscrição estadual no Regime EC 87/2015, somente o **sócio** de empresa com função gerencial (sócio administrador/administrador), localizada em outra Unidade da Federação poderá, **com sua certificação digital**, solicitar a inscrição no CACEPE através do e-Fisco, no endereço eletrônico da SEFAZ (www.sefaz.pe.gov.br) > ARE Virtual > Serviços Mais Utilizados > Solicitação de Inscrição Estadual > Incluir.

Os documentos a seguir devem ser anexados eletronicamente:

- documento de constituição da empresa ou de consolidação, o que for mais recente (contrato social/alteração contratual, ata de assembleia ou estatuto);
- certidão específica do quadro societário ou de diretores;
- certidão de regularidade fiscal estadual ou distrital, emitida pela UF de domicílio do requerente.

Após anexação dos documentos, será necessária a assinatura eletrônica para conclusão da solicitação.

IMPORTANTE:

Convênio ICMS nº 93/2015, cláusula quinta, §§ 1º e 4º

1. O contribuinte localizado em outra UF que já seja inscrito no CACEPE na condição de contribuinte substituto tributário ficará dispensado de nova inscrição estadual, não sendo necessário obter a inscrição no regime de pagamento EC 87/2015.
2. O número da inscrição estadual deve ser apostado em todos os documentos fiscais dirigidos à unidade federada de destino, inclusive nos respectivos documentos de arrecadação.

1.7 Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST

Decreto nº 19.528/1996, art. 27, §§ 3º e 4º; Portaria SF nº 142/2002; Ajuste SINIEF 04/1993

A GIA-ST - Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária teve sua função e obrigatoriedade ampliadas para contemplar as informações relativas aos contribuintes inscritos na UF de destino que realizarem operação ou prestação destinando mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outra UF.

Desta forma, a partir de 01/01/2016 os contribuintes de outra UF inscritos no CACEPE que realizarem operação ou prestação destinando mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em PE deverão apresentar a GIA-ST, ainda que não realizem operações ou prestações sujeitas à substituição tributária.

Na GIA-ST, além de outros campos de preenchimento obrigatório previstos no Ajuste SINIEF 04/1993 e alterações, devem ser informados o valor do ICMS devido à unidade federada de destino em decorrência de operações ou prestações realizadas a consumidor final não contribuinte do imposto, bem como a data de vencimento do ICMS devido à UF de destino conforme prazo de pagamento definido na legislação da unidade federada de destino. Em Pernambuco, ver item 1.5.5 deste informativo.

Deverão ser informados separadamente os valores do ICMS **não** relativos ao FECEP, e aquele relativo a este fundo, se houver, com as respectivas datas de vencimento.

A GIA-ST deve ser apresentada mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao referido período fiscal, mediante transmissão via Internet, utilizando programa específico destinado à digitação, validação, transmissão e recepção, disponível no *site* da SEFAZ/PE, no endereço www.sefaz.pe.gov.br.

Mais informações sobre o preenchimento da GIA-ST devem ser obtidos no Ajuste SINIEF 04/1993.

IMPORTANTE:

1. A partir de 01/01/2016, os contribuintes optantes pelo Simples Nacional estão **dispensados** da entrega da GIA-ST, devendo apresentar a DeSTDA, conforme item 3.2 deste informativo (Ajuste SINIEF 12/2015, cláusula décima sexta);
2. Por problemas técnicos, Pernambuco ainda não está recepcionando a GIA-ST com informações relativas ao ICMS Consumidor Final. Assim, a transmissão da GIA-ST **para Pernambuco**, relativa aos períodos fiscais de **janeiro a abril/2016**, foi prorrogada para 09/06/2016 (Portaria SF nº 142/2002, art. 1º, III, "b", 2, 2.10).

2. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE PERNAMBUCO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

A partir de 01/01/2016, nas operações e prestações interestaduais, **com origem em Pernambuco**, que destinem bens e serviços para consumidor final não contribuinte do ICMS, regra geral, cabe a este Estado o imposto relativo à alíquota interestadual, e à UF de localização do destinatário o montante aqui denominado ICMS Consumidor Final (Lei 10.259/1989, art. 23-A, §§ 2º e 3º).

IMPORTANTE:

Convênio ICMS 93/2015, cláusula terceira; Lei Complementar nº 87/1996, arts. 19 e 20

O crédito fiscal relativo às operações e prestações anteriores deve ser utilizado integralmente na compensação do débito devido a Pernambuco, exceto nas situações específicas de benefícios fiscais na operação interestadual, nos termos da legislação pertinente.

2.1 Cálculo do ICMS Consumidor Final

2.1.1 Regra geral

Lei nº 11.408/1996, art. 5º, § 1º; Convênio ICMS 93/2015

Como regra geral, devem ser observadas as mesmas definições e fórmulas de cálculo dispostas no item 1.2 deste informativo.

$$\text{ICMS Consumidor Final} = (\text{BC} \times \text{alíquota interna da UF de destino}) - (\text{BC} \times \text{alíquota interestadual UF de origem})$$

2.1.2 Mercadorias cuja operação interna na UF de destino contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza

Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, § 4º

Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final, o remetente deve observar a legislação da UF de destino, de modo a identificar se a mercadoria está sujeita ao adicional de ICMS relativo ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FCP.

O remetente deve fazer o cálculo de forma separada, observando a legislação da UF de destino quanto ao percentual e forma de cálculo. Este montante deve ser integral e separadamente enviado à UF de destino, sem integrar os cálculos do ICMS Consumidor Final.

$$\text{Adicional do FCP} = \text{BC} \times \text{percentual FCP}$$

2.2 Benefícios Fiscais

Convênio ICMS 153/2015; Decreto nº 42.594/2016

Além do tratamento e forma de cálculo relativamente aos benefícios fiscais existentes nas UFs de origem e destino descritos no item 1.3 deste informativo, quando a operação ou prestação de serviço se iniciar em Pernambuco, o benefício fiscal porventura existente sobre o ICMS devido na operação interestadual deverá incidir também sobre a parcela do ICMS Consumidor Final devida a este Estado, já que este imposto tem a mesma natureza jurídica daquele.

Observar os exemplos sobre o assunto no item 4.2 deste informativo.

IMPORTANTE:

Decreto nº 14.876/1991, art. 36, XL, "b"

A partir de 01/01/2016, ao estabelecimento comercial varejista localizado em PE que realize vendas diretas **exclusivamente** por meio da Internet ou de telemarketing, quando destinadas a não contribuinte do ICMS localizado em outra Unidade da Federação, fica concedido crédito presumido de tal forma que a carga tributária líquida corresponda aos seguintes percentuais, vedada a utilização do crédito relativo à aquisição da mercadoria objeto da referida operação:

- **1%**, quando a alíquota interestadual aplicável for 12%; e
- **0,5%** quando a alíquota interestadual aplicável for 4%.

2.3 Emissão do documento fiscal

Para emissão dos documentos fiscais correspondentes às operações e prestações de que trata este informativo, observar o item 1.4 deste informativo.

IMPORTANTE:

Decreto nº 21.073/1998, art. 1º; Protocolo ICMS nº 42/2009, cláusula segunda, II; Portaria SF nº 393/1984; Convênio ICMS 93/2015

Nas aquisições em Pernambuco, efetuadas por consumidor final não contribuinte do ICMS em que tenha

sido emitido o Cupom Fiscal, caso seja solicitado pelo comprador da mercadoria a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), com endereço do adquirente em outra UF, o contribuinte deverá:

- emitir Nota Fiscal de Entrada simbólica, no valor da operação de venda da mercadoria, a fim de promover a anulação da operação;
- emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), observando as regras previstas neste informativo;
- comunicar o fato à SEFAZ, uma vez que não há previsão legal específica para esta situação.

2.4 Recolhimento do imposto

Lei nº 10.259/1989, art. 23-A, § 2º, § 3º; Convênio ICMS 93/2015, cláusula décima

2.4.1 Obrigação tributária

A obrigação tributária de recolhimento do ICMS Consumidor Final cabe ao contribuinte remetente do bem ou prestador do serviço, inclusive quando optante pelo Simples Nacional (neste caso, apenas da parcela pertencente à UF de destino, conforme descrito no item 3 deste informativo).

Para o contribuinte remetente ou prestador localizado em Pernambuco, tanto o valor relativo à alíquota interestadual como o percentual da partilha provisória do ICMS Consumidor Final cabível a este Estado, citado no próximo item, serão lançados no SEF, para recolhimento como ICMS normal (cód. rec. 005-1), desde que não tenham sido objeto de substituição tributária. Ver item 2.6 deste informativo (Escrituração fiscal).

O ICMS Consumidor Final devido à UF de **destino**, bem como o valor do FCP, se houver, será recolhido por meio de GNRE ou outro documento de arrecadação, de acordo com a legislação da UF de destino. Caso a legislação da UF de destino indique o recolhimento através de GNRE, observar os códigos de recolhimento citados no item 1.5.4 deste informativo.

2.4.2 Partilha provisória

Nas operações e prestações interestaduais para consumidor final entre os exercícios 2016 a 2018, o valor do ICMS Consumidor Final obtido através das fórmulas de cálculo deste informativo deve ser partilhado entre as UFs de origem e de destino, conforme descrito no item 1.5.2 deste informativo.

O contribuinte de Pernambuco, quando remetente da mercadoria, deverá partilhar o ICMS Consumidor Final, recolhendo para a UF de destino os percentuais de 40% em 2016; 60% em 2017 e de 80% em 2018, através do documento de arrecadação definido pela UF de destino.

Neste período, cabem a Pernambuco, respectivamente, os percentuais de 60% em 2016; 40% em 2017 e de 20% em 2018, além do imposto interestadual de origem.

IMPORTANTE:

Quando a operação interestadual iniciada em Pernambuco for contemplada com benefício fiscal, este também incidirá, na mesma proporção, sobre a parcela do ICMS Consumidor Final devida a este Estado (ver exemplos de cálculo no capítulo 4 deste informativo).

2.4.3 FCP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

O adicional do FCP de até 2% deverá ser recolhido à parte e integralmente para a UF de destino, conforme dispuser a legislação da respectiva UF.

2.4.4 Prazos de recolhimento

Os contribuintes **não inscritos** na UF de localização do destinatário devem recolher o ICMS Consumidor Final na saída do bem ou no início da prestação, em relação a cada operação ou

prestação. O documento de arrecadação deve mencionar o número do respectivo documento fiscal e acompanhar o trânsito do bem ou a prestação do serviço.

IMPORTANTE:

Convênio ICMS 152/2015, cláusula terceira-A; Convênio ICMS 9/2016, cláusula segunda

Para fatos geradores que ocorrerem no período de **01/01/2016** a **30/04/2016**, os contribuintes de Pernambuco que já possuíam inscrição no CACEPE em 31/12/2015 e que não tenham inscrição estadual no Acre, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro (até 21/02/2016), Roraima, Santa Catarina, São Paulo ou Sergipe, ao efetuarem venda para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado nestas UFs, poderá recolher o ICMS Consumidor Final devido à UF de destino no dia 15 do mês subsequente à operação, não sendo necessário que a GNRE acompanhe o documento fiscal.

Os contribuintes **inscritos** na UF de localização do destinatário recolherão o ICMS Consumidor Final até o dia 15 do mês subsequente à saída do bem ou ao início da prestação de serviço. Na hipótese de já possuir inscrição como contribuinte substituto, o ICMS Consumidor Final será recolhido no prazo previsto no respectivo convênio ou protocolo que dispõe sobre a substituição tributária, com o código específico previsto para o recolhimento do ICMS Consumidor Final.

A inadimplência do contribuinte inscrito em relação ao ICMS Consumidor Final, ou a irregularidade de sua inscrição estadual faculta à unidade federada de destino exigir que o imposto seja recolhido na saída da mercadoria ou início da prestação.

Para o contribuinte do Estado de Pernambuco, o recolhimento do ICMS interestadual, bem como da parcela do ICMS Consumidor Final que cabe à UF de origem, nos percentuais estabelecidos, devem ser efetuados no prazo normal da categoria.

2.4.5 Quadros-Resumo

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO A PERNAMBUCO

Imposto	ICMS INTERESTADUAL		ICMS CONSUMIDOR FINAL	
	Normal	Simples Nacional	Normal	Simples Nacional
Regime				
Documento de arrecadação	DAE (apuração normal)	DAS (receita bruta)	DAE (apuração normal)	----**
Código de receita	005-1	PGDAS-D*	005-1	----**
Prazos de recolhimento	prazo normal da categoria	dia 20 do mês subsequente	prazo normal da categoria	----**

*o ICMS pago através do DAS é convertido internamente no código de receita 062-0.

** não há recolhimento à parte para a UF de origem. Considera-se recolhida a parcela do imposto devida a Pernambuco quando do recolhimento do Simples Nacional através do PGDAS-D com base na receita bruta.

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO À UF DE DESTINO

Imposto		ICMS CONSUMIDOR FINAL	FCP
Contribuinte		Normal ou Simples Nacional	Normal ou Simples Nacional
Documento de arrecadação		GNRE ou doc. arrecad. UF destino*	GNRE ou doc. arrecad. UF destino*
Código de receita (se	inscrito na UF de destino	10011-0	10013-7

GNRE)	NÃO inscrito na UF de destino	10010-2	10012-9
Prazos de recolhimento	inscrito na UF de destino	dia 15 do mês subsequente OU prazo previsto no convênio ou protocolo de ST	dia 15 do mês subsequente OU prazo previsto no convênio ou protocolo de ST
	NÃO inscrito na UF de destino	antes da saída do bem ou início da prestação**	antes da saída do bem ou início da prestação

* observar a legislação da UF de destino para identificar se o recolhimento deve ser através de GNRE ou documento de arrecadação próprio.

**ver exceção no quadro “Importante” do item 2.4.4 deste informativo.

2.5 Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST

Os contribuintes de Pernambuco inscritos na UF de destino e que realizarem operação ou prestação que destinem mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outra UF devem apresentar a GIA-ST à UF de destino.

Mais informações sobre o preenchimento da GIA-ST devem ser obtidos no item 1.7 deste informativo e no Ajuste SINIEF 04/1993.

2.6 Escrituração fiscal

A escrituração das operações e prestações de serviço de que trata este informativo, que não tenham sido objeto de substituição tributária, deve seguir a legislação em vigor, observando-se:

- lançar o documento fiscal da operação ou prestação no SEF / Registro de Saídas, informando valor da operação, valor da base cálculo, alíquota interestadual e ICMS interestadual nos campos próprios. Na aba “Observação” informar o valor do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza, se houver, e o valor do ICMS Consumidor Final, devido à UF de destino;
- informar a parcela do ICMS Consumidor Final que cabe a Pernambuco em “Ajustes da apuração do ICMS > Débitos do ICMS normal > Outros débitos > Outro débito: pagamento de débito próprio”. Na aba “Observação” informar o documento fiscal a que se refere.

IMPORTANTE:

O percentual do ICMS Consumidor Final destinado à UF de origem comporá o montante do ICMS normal (cod. rec. 005-1) a ser recolhido pelo contribuinte deste Estado no prazo normal da categoria.

Mais esclarecimentos sobre escrituração fiscal podem ser obtidos no informativo “Escrituração Fiscal – SEF 2012”, na página da SEFAZ na Internet.

2.7 Mercadoria sujeita à substituição tributária em PE

Decreto nº 19.528/1996, art. 12, § 5º, art. 21, § 5º

O contribuinte-substituto que efetuar saídas com mercadorias sujeitas à substituição tributária - ST e destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS não efetuará retenção do ICMS-ST, pois não haverá operação subsequente a substituir. A operação deve ser tratada como produto não sujeito à ST.

Quando estas operações forem efetuadas pelo contribuinte-substituído, onde já houve recolhimento integral do imposto para Pernambuco, este deverá proceder conforme descrito nos itens abaixo.

2.7.1 Emissão do documento fiscal

Decreto nº 19.528/1996, art. 12, § 5º

A partir de 01/01/2016, o contribuinte-substituído que efetuar operação destinada a não contribuinte do ICMS localizado em outra Unidade da Federação, deverá emitir a respectiva Nota Fiscal com os seguintes destaques:

- do ICMS normal (alíquota interestadual), no campo próprio, de forma meramente indicativa; e
- do ICMS Consumidor Final (parcela devida à UF de destino, nos termos do item 2.4.2 deste informativo). Como não há campo próprio na NF-e, esta informação deverá constar em “Informações Complementares”.

2.7.2 Escrituração fiscal

A escrituração das operações e prestações de serviço de que trata este informativo, que já foram objeto de substituição tributária, deve seguir a legislação pertinente, observando-se que neste caso, o ICMS interestadual e a parcela da diferença de alíquota pertencente a Pernambuco não devem ser debitados, visto que já houve o recolhimento destes impostos para Pernambuco quando da aquisição da mercadoria (ICMS-ST). Apenas deverá recolher à UF de destino a parcela do diferencial de alíquotas que lhe cabe.

- lançar o documento fiscal da operação ou prestação no SEF / Saídas e Prestações, informando até o valor contábil, que é o valor total da nota. Os campos valor da base cálculo, alíquota interestadual e ICMS interestadual **não** devem ser preenchidos.
- Na aba “Observação” informar o valor do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza, se houver, e o valor do ICMS Consumidor Final devido à UF de destino.

2.7.3 Ressarcimento do ICMS quando recolhido a maior para PE

Decreto nº 19.528/1996, art. 21, § 5º

Considerando que o ICMS já havia sido recolhido integralmente para Pernambuco, o contribuinte-substituído poderá adotar o mecanismo do ressarcimento previsto no art. 21 do Decreto nº 19.528/1996 para recuperar o valor relativo à diferença porventura existente entre a soma do imposto efetivamente devido a PE na operação interestadual acrescido da parcela do ICMS Consumidor Final pertencente a este Estado, e a soma do ICMS normal e do ICMS antecipado destacados na respectiva nota de aquisição da mercadoria.

Valor do ressarcimento = (ICMS normal + ICMS antecipado destacados na nota de aquisição) – (ICMS operação interestadual + parcela ICMS Consumidor Final pertencente a este Estado)

Para mais esclarecimentos sobre o mecanismo de ressarcimento, consultar o informativo “Substituição Tributária – Regras Gerais”, no endereço eletrônico www.sefaz.pe.gov.br >> Legislação >> Dúvidas Tributárias/Informativos Fiscais.

2.8 Operação efetuada por contribuinte não inscrito no CACEPE

Portaria SF nº 077/1998; Protocolo ICMS 42/2009, cláusula segunda, II

O contribuinte dispensado de inscrição no CACEPE que efetuar operação interestadual para consumidor final não contribuinte do ICMS observará os seguintes procedimentos:

- a repartição fazendária emitirá a Nota Fiscal Avulsa, calculando o ICMS Consumidor Final nos termos deste informativo. O DAE (cód. rec. 070-1) será emitido no montante correspondente ao ICMS relativo à operação interestadual acrescido da parcela do ICMS Consumidor Final devida a Pernambuco;
- o contribuinte recolherá ainda a parcela do ICMS Consumidor Final pertencente à UF de destino, através de GNRE (cód. rec. 10010-2) ou do documento de arrecadação previsto na legislação daquela

UF. Recolher ainda o adicional relativo ao Fundo de Combate à Pobreza – FCP, nos termos do item 2.4.3 deste informativo, se houver.

Nas operações interestaduais isentas ou não tributadas, a Nota Fiscal Avulsa também será emitida pela repartição fazendária, cabendo ao contribuinte o recolhimento da parcela do ICMS Consumidor Final devido à UF de destino, se houver.

3. SIMPLES NACIONAL

3.1 Aplicabilidade

Convênio ICMS 93/2015, cláusula nona

Nas operações e prestações interestaduais para consumidor final não inscrito, o contribuinte optante pelo Simples Nacional também deve recolher o ICMS Consumidor Final, e o adicional do FCP ou FECEP, se houver, **à UF de destino**, nos mesmos termos dos demais contribuintes.

ICMS Consumidor Final = (BC x alíquota interna da UF de destino) – (BC x alíquota interestadual UF de origem)

Quanto ao ICMS devido a UF de origem, para o remetente do Simples Nacional **localizado em PE**, considera-se recolhido o imposto devido (operação interestadual + parcela do ICMS Consumidor Final devida à UF de origem) quando do recolhimento do Simples Nacional através do PGDAS-D com base na receita bruta. Neste caso, não há recolhimento à parte para a UF de origem.

IMPORTANTE:

A partir de 17/02/2016, está **suspensa** a obrigação do contribuinte do Simples Nacional de recolher o ICMS Consumidor Final devido à UF de destino, por força de medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5464. A suspensão é provisória, até o julgamento do mérito da ação.

3.2 Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação – DeSTDA

Ajuste SINIEF 12/2015; Resolução CGSN 94/2011, art. 69-A; Decreto nº 42.564/2015

A partir de 01/01/2016, o contribuinte optante pelo Simples Nacional, exceto MEI, deveria informar a DeSTDA - Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação, para prestação de informações relativas ao ICMS devido por substituição tributária, antecipação tributária, diferencial de alíquotas, e o ICMS devido nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços ao consumidor final não contribuinte do imposto.

Porém, por decisão do Comitê Gestor do Simples Nacional, a aba da **DeSTDA** relativa às operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços ao consumidor final não contribuinte do imposto foi **desabilitada**, não cabendo nenhum preenchimento quanto a essas operações.

Mais informações, consultar o informativo “DeSTDA – Aplicação em Pernambuco”, disponível no endereço eletrônico da SEFAZ/PE (www.sefaz.pe.gov.br), em Legislação > Dúvidas Tributárias/Informativos Fiscais.

4. EXEMPLOS

Os exemplos abaixo descritos referem-se às diferentes situações apresentadas ao longo dos itens deste informativo, indicados em negrito ao final de cada enunciado.

Regra geral, os contribuintes utilizados como exemplo fazem parte do regime normal de apuração, exceto quando houver referência expressa ao Simples Nacional.

Os itens que tratam de benefícios fiscais tendo Pernambuco como UF de destino refletem a tratamento definido por este Estado para a parcela do ICMS Consumidor Final que lhe pertence. Quando se tratar de operação destinada a outras UFs, cuja correspondente operação interna estiver contemplada com benefício fiscal, o contribuinte de Pernambuco deve confirmar com a outra UF qual o tratamento dado à parcela pertencente àquela UF.

4.1 Operações/prestações destinadas a Pernambuco

4.1.1 Contribuinte localizado em Santa Catarina vende, em janeiro/2016, mercadorias a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. A alíquota interna do produto em PE é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item **1.2.1** deste informativo):

Base de Cálculo (BC = valor da operação)		Destinação do imposto	
		SC (origem)	PE (destino)
BC x 7% (alíquota interestadual)	1.000,00	70,00	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 7% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 70,00	110,00	66,00 (60%)	44,00 (40%)

4.1.2 Contribuinte localizado na Paraíba vende, em janeiro/2016, 01 barco a remo a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 10.000,00. Observar que a mercadoria tem alíquota interna de 27% em PE (destino), aí incluídos 2% relativo ao FECEP. Calcular o ICMS devido na operação (item **1.2.2** deste informativo):

Base de Cálculo (BC = valor da operação)		Destinação do imposto	
		PB (origem)	PE (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	10.000,00	1.200,00	
[BC x 25% (alíquota interna do produto em PE, excluído o FECEP)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 2.500,00 – 1.200,00	1.300,00	780,00 (60%)	520,00 (40%)
BC x 2% (FECEP)	200,00		200,00

4.1.3 Contribuinte localizado no Rio Grande do Norte vende, em janeiro/2016, mercadorias a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 5.000,00. A operação interestadual é contemplada com redução de base de cálculo de 50% do valor da operação. A alíquota interna do produto em Pernambuco é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item **1.3.1** deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 50% do valor da operação	2.500,00	RN (origem)	PE (destino)
BC ¹ x 12% (alíquota interestadual)	300,00	300,00	
Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação	5.000,00		
[BC ² x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC ² x 12% (alíquota interestadual)] = 900,00 – 600,00	300,00	180,00 (60%)	120,00 (40%)

4.1.4 Contribuinte localizado em Santa Catarina vende, em janeiro/2016, mercadorias a consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. A operação interestadual é contemplada com isenção. A alíquota interna do produto em PE é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.1 deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC = valor da operação)	1.000,00	SC (origem)	PE (destino)
Operação interestadual isenta. Não há imposto devido.	--	--	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 7% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 70,00	110,00	66,00 (60%)*	44,00 (40%)

*Observar a legislação da UF de origem para verificar se é devido o percentual da partilha destinado à origem, uma vez que a operação interestadual é isenta.

4.1.5 Contribuinte localizado na Bahia vende mercadorias importadas, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. Em Pernambuco, a operação interna com os referidos produtos é contemplada com redução de base de cálculo para 60% do valor da operação. Considerando que a alíquota interna é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.2 deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC = valor da operação)	1.000,00	BA (origem)	PE (destino)
BC x 4% (alíquota interestadual)	40,00	40,00	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] x 60% (percentual do imposto efetivamente devido na operação interna em PE) = (180,00 – 40,00) x 60%	84,00	50,40 (60%)	33,60 (40%)

4.1.6 Contribuinte localizado no Rio de Janeiro vende máquinas agrícolas, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 6.000,00. Tanto a operação interestadual iniciada no RJ como a correspondente operação interna em PE são beneficiadas com redução de base de cálculo, resultando em carga tributária líquida conforme os percentuais abaixo descritos (Convênio ICMS nº 52/1991). Considerando que a alíquota interna é 18%, calcular o ICMS devido na operação (itens **1.3.2** e **2.2** deste informativo):

- Operação interestadual – saída de RJ: redução de BC de modo que a carga tributária seja **4,1%** do valor da operação;

- Operação interna – em PE: redução de BC de modo que a carga tributária seja **5,6%** do valor da operação.

- Cálculo do % da BC devido na operação interestadual (em RJ), considerando a carga líquida de 4,1%:

7% ---- 4,1%

100 ---- x → x = **58,5714%**

- Cálculo do % da BC devido na operação interna (em PE), considerando a carga líquida de 5,6%:

18% ---- 5,6%

100 ---- x → x = **31,1111%**

		Destinação do imposto	
		RJ (origem)	PE (destino)
Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 58,5714% do valor da operação	3.514,28		
BC ¹ x 7% (alíquota interestadual)	246,00	246,00	
Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação	6.000,00		
[BC ² x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC ² x 7% (alíquota interestadual)] x 31,1111% (percentual do imposto efetivamente devido na operação interna em PE) = (1.080,00 – 420,00) x 31,1111%	205,33	123,20 (60%)	82,13 (40%)

4.1.7 Contribuinte localizado na Paraíba vende produtos de informática, em fevereiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. Considerando que a alíquota interna dos produtos em Pernambuco é 7%, calcular o ICMS devido na operação (item **1.2.1** deste informativo):

		Destinação do imposto	
		PB (origem)	PE (destino)
Base de Cálculo (BC = valor da operação)	1.000,00		
BC x 12% (alíquota interestadual)	120,00	120,00	

[BC x 7% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] 70,00 – 120,00 = 0	---	---	---
---	-----	-----	-----

*Não há ICMS Consumidor Final nesta operação, já que a alíquota interna do produto é menor que a alíquota interestadual.

4.1.8 Contribuinte efetua, em fevereiro/2016, para consumidor final não contribuinte do ICMS, serviço de transporte de mercadoria do Ceará para Pernambuco. Valor da prestação: R\$ 500,00. Considerando que a prestação interna de serviço de transporte rodoviário de cargas em Pernambuco é beneficiada com isenção do ICMS, calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.2 deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da prestação	500,00	CE (origem)	PE (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	60,00	60,00	
[BC x 18% (alíquota interna do prestação em PE)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 90,00 – 60,00	30,00	18,00 (60%)	---

*Não há ICMS Consumidor Final nesta operação para Pernambuco, já que a correspondente prestação interna na UF de destino é isenta.

4.1.9 Contribuinte localizado no Rio de Janeiro vende sabão em tabletes de 500g, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 500,00. Neste exemplo, a operação interestadual tem tributação normal, enquanto que a correspondente operação interna em PE é beneficiada com redução de base de cálculo (Cesta Básica – Decreto nº 26.145/2002), resultando em carga tributária líquida de 7%. Considerando que a alíquota interna é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.2 deste informativo):

- Cálculo do % da BC devido na operação interna (em PE), considerando a carga líquida de 7%:

$$18\% \quad \text{----} \quad 7\%$$

$$100 \quad \text{----} \quad x \quad \rightarrow \quad x = \mathbf{38,89\%}$$

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da operação	500,00	RJ (origem)	PE (destino)
BC x 7% (alíquota interestadual)	35,00	35,00	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 7% (alíquota interestadual)] x 38,89% (percentual do imposto efetivamente devido na operação interna em PE) = (90,00 – 35,00) x 38,89%	21,39	12,84 (60%)	8,56 (40%)

4.2 Operações/prestações iniciadas em Pernambuco

4.2.1 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias importadas, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado no Ceará, no valor total de R\$ 3.000,00. A alíquota interna do produto no Ceará é 17%. Calcular o ICMS devido na operação (item 2.1.1 deste informativo):

Base de Cálculo (BC = valor da operação)	3.000,00	Destinação do imposto	
		PE (origem)	CE (destino)
BC x 4% (alíquota interestadual)	120,00	120,00	
[BC x 17% (alíquota interna do produto em CE)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 510,00 – 120,00	390,00	234,00 (60%)	156,00 (40%)

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	3.000,00
ICMS base cálc.	3.000,00
ICMS (alíq. %)	4
ICMS	120,00
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido ao Ceará: 156,00

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	120,00
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio*	234,00
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	354,00

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	
DÉBITO	354,00
SALDO	354,00

OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	354,00
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	354,00
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.2 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Minas Gerais, no valor total de R\$ 10.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com redução de base de cálculo, de tal modo que a carga líquida corresponda a 7% do valor da operação. Considerando que a alíquota interna em MG é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

- ✓ Carga tributária total para PE:

$$12\% \text{ op. interestadual} + [(18\% - 12\%) \times 60\%] \text{ ICMS Consumidor Final} = 12\% + 3,6\% = \mathbf{15,6\%}$$

- ✓ Percentual da base de cálculo a ser utilizado para resultar em carga líquida de 7%:

$$15,6\% \text{ ---- } 7\%$$

$$100 \text{ ---- } x \rightarrow \mathbf{x = 44,8718\%}$$

- ✓ Valor do ICMS Consumidor Final devido a PE:

$$600,00 \times 60\% = 360,00 \rightarrow 360,00 \times 44,8718\% = \mathbf{161,54}$$

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 44,8718% do valor da operação	4.487,18	PE (origem)	MG (destino)
BC ¹ x 12% (alíquota interestadual)	538,46	538,46	
Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação	10.000,00		
[BC ² x 18% (alíquota interna do produto em MG)] – [BC ² x 12% (alíquota interestadual)] = 1.800,00 – 1.200,00	600,00	161,54 (60%)	240,00 (40%)

Escrituração no SEF:**SAÍDAS E PRESTAÇÕES**

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	10.000,00
ICMS isn/ñ. trib.	5.512,82
ICMS base cálc.	4.487,18
ICMS (alíq. %)	12
ICMS	538,46
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido a Minas Gerais: 240,00

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	538,46
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio*	161,54
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	700,00

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	
DÉBITO	700,00
SALDO	700,00

OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	700,00
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	700,00
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.3 Comerciante varejista localizado em Pernambuco, que realiza vendas exclusivamente pela internet, vende mercadorias importadas, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado no Pará, no valor total de R\$ 2.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com crédito presumido de tal modo que a carga tributária líquida seja 0,5%.

Considerando que a alíquota interna para o produto em PA é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo – quadro importante):

✓ Carga tributária total para PE:

$$4\% \text{ op. interestadual} + [(17\% - 4\%) \times 60\%] \text{ ICMS Consumidor Final} = 4\% + 7,8\% = 11,8\%$$

✓ Crédito presumido para resultar em carga tributária líquida de 0,5% para PE:

$$11,8\% - 0,5\% = 11,3\% \rightarrow 2.000,00 \text{ (BC)} \times 11,3\% = 226,00$$

Base de Cálculo (BC = valor da operação)	2.000,00	Destinação do imposto	
		PE (origem)	PA (destino)
BC x 4% (alíquota interestadual)	80,00	80,00*	
[BC x 17% (alíquota interna do produto em PA)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 340,00 – 80,00	260,00	156,00 (60%)*	104,00 (40%)

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	2.000,00
ICMS base cálc.	2.000,00
ICMS (alíq. %)	4
ICMS	80,00
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido ao Pará: 104,00

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITOS DO ICMS NORMAL	
OUTROS CRÉDITOS	
✓ Outro crédito: crédito presumido/outorgado CP = BC x 11,3 % = 2.000,00 x 11,3%	226,00
ESTORNO DE DÉBITO	
VALOR CRÉDITOS	226,00

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	80,00
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio	156,00
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	236,00

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	226,00
DÉBITO	236,00
SALDO	10,00

OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	10,00
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	10,00
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.4 Contribuinte do **Simples Nacional** localizado em Pernambuco vende mercadorias importadas, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Alagoas, no valor total de R\$ 4.000,00. A alíquota interna do produto em Alagoas é 17%. Calcular o ICMS devido na operação (item 3.1 deste informativo):

Base de Cálculo (BC = valor da operação)		Destinação do imposto	
		PE (origem)	AL (destino)
	4.000,00		
BC x 4% (alíquota interestadual)	160,00	----*	
[BC x 17% (alíquota interna do produto em AL)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 680,00 – 160,00	520,00	----*	208,00 (40%)

*considera-se recolhido o imposto devido a Pernambuco (operação interestadual + parcela do ICMS Consumidor Final devida à UF de origem) quando do recolhimento do Simples Nacional através do PGDAS-D com base na receita bruta. Não há recolhimento à parte para a UF de origem.

4.2.5 Contribuinte-substituído vende para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado na Paraíba, em janeiro/2016, mercadorias no valor de 5.000,00, onde já houve cobrança do ICMS-ST integralmente para Pernambuco. A alíquota interna do produto na Paraíba é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item 2.7 deste informativo):

Base de Cálculo (BC = valor da operação)	5.000,00	Destinação do imposto	
		PE (origem)	PB (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	600,00	----*	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em PB)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 900,00 – 600,00	300,00	----*	120,00 (40%)

*o ICMS devido a Pernambuco já foi integralmente recolhido através do ICMS-ST.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
Vi. Contábil	5.000,00
ICMS base cálc.	---
ICMS (alíq. %)	---
ICMS	---
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido à Paraíba: 120,00

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	---
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio	---
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	---

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	---
DÉBITO	---
SALDO	---

OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	---
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	

ICMS a recolher total	---
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.6 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Sergipe, no valor total de R\$ 1.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com redução de base de cálculo, que corresponderá a 20% do valor da operação. Considerando que a alíquota interna em SE é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 20% do valor da operação	200,00	PE (origem)	SE (destino)
BC ¹ x 12% (alíquota interestadual)	24,00	24,00	
Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação	1.000,00		
[BC ² x 18% (alíquota interna do produto em SE)] – [BC ² x 12% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 120,00	60,00	7,20	24,00 (40%)

✓ Valor do ICMS Consumidor Final devido a PE considerando a redução de base de cálculo:

$$60,00 \times 60\% = 36,00 \rightarrow 36,00 \times 20\% = \mathbf{7,20}$$

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	1.000,00
ICMS isn/ñ. trib	800,00
ICMS base cálc.	200,00
ICMS (alíq. %)	12
ICMS	24,00
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido a Sergipe: 24,00

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	24,00
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio*	7,20
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	31,20

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	
DÉBITO	31,20
SALDO	31,20

OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	31,20
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	31,20
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.7 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias, em janeiro/2016, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado na Bahia, no valor total de R\$ 3.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com isenção do ICMS. Considerando que a alíquota interna em BA é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

		Destinação do imposto	
		PE (origem)	BA (destino)
Base de Cálculo (BC) = valor da operação	3.000,00		
Operação interestadual isenta. Não há imposto devido.	---	---	
$[BC \times 17\% \text{ (alíquota interna do produto em BA)}] - [BC \times 12\% \text{ (alíquota interestadual)}]$ = 510,00 – 360,00	150,00	---*	60,00 (40%)

* não há ICMS Consumidor Final devido a PE, já que este imposto tem a mesma natureza daquele relativo à operação interestadual, isenta do ICMS.

4.2.8 Contribuinte-substituído localizado em Pernambuco vende para consumidor final localizado em Alagoas, em janeiro/2016, mercadorias cujo imposto já foi retido para este Estado através de substituição tributária, conforme descrição abaixo. Considerando que a alíquota interna em AL é 18%,

calcular o ICMS Consumidor Final, bem como o valor do ressarcimento, se cabível (item 2.7 deste informativo):

✓ Dados da aquisição da mercadoria pelo contribuinte-substituído:

QTD.	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
200	Produto "Y"	5,00	1.000,00

BC ICMS	ALÍQ.	VL. ICMS	BC ICMS ST	VL. ICMS ST	TOTAL NOTA
1.000,00	7%	70,00	1.300,00	164,00	1.164,00

✓ Dados da venda da mercadoria para o consumidor final em AL:

QTD.	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
10	Produto "Y"	5,80	58,00

✓ ICMS Consumidor Final:

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da operação	58,00	PE (origem)	AL (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	6,96	----*	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em AL)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 10,44 – 6,96	3,48	----*	1,39 (40%)

* os valores do ICMS devidos a Pernambuco já foram recolhidos através do ICMS-ST

✓ Ressarcimento:

- Valor de ICMS pago quando da aquisição do produto, proporcional à operação subsequente:

$$\text{ICMS normal} = 10 \text{ (qt. vendida para outra UF)} \times 5,00 \text{ (valor unitário aquisição)} = 50,00 \times 7\% = 3,50$$

$$\text{ICMS-ST} = (10 \times 5,00 \times 30\% \times 18\%) - 3,50 = 8,20$$

$$\text{ICMS normal} + \text{ICMS-ST} = 3,50 + 8,20 = 11,70$$

- Valor do ICMS relativo à operação interestadual para consumidor final:

$$6,96 \text{ (operação interestadual)} + (3,48 \times 60\%) \text{ (ICMS Consumidor final para PE)} = 6,96 + 2,09 = 9,05$$

- Valor do ICMS passível de recuperação via ressarcimento: $11,70 - 9,05 = 2,65$.

4.2.9 Indústria localizada em Pernambuco vende, em fevereiro/2016, para consumidor final localizado em Santa Catarina mercadorias beneficiadas com crédito presumido PRODEPE no percentual de 75% sobre o saldo devedor. Valor da operação: R\$ 1.200,00. Considerando que a alíquota interna do produto em SC é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo).

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da operação	1.200,00	PE (origem)	SC (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	144,00	144,00*	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em SC)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 216,00 – 144,00	72,00	43,20 (60%)*	28,80 (40%)

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	1.200,00
ICMS isn/ñ. trib	
ICMS base cálc.	1.200,00
ICMS (alíq. %)	12
ICMS	144,00
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido a SC: 28,80

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	144,00
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio*	43,20
Sub-apuração (tipo): (indicar a que sub-apuração corresponde a operação realizada)	
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	187,20
SALDOS DO ICMS NORMAL	
SALDO DEVEDOR	187,20
DEDUÇÕES	
✓ Dedução: incentivo fiscal (75%)	140,40
ICMS NORMAL	46,80

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	
DÉBITO	46,80
SALDO	46,80
OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	46,80
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.10 Contribuinte localizado em Pernambuco vende, em fevereiro/2016, para consumidor final localizado em Minas Gerais mercadorias beneficiadas com crédito presumido PRODEPE no percentual de 3% sobre o valor da saída interestadual. Valor da operação: R\$ 7.000,00. Considerando que a alíquota interna do produto em MG é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da operação	7.000,00	PE (origem)	MG (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	840,00	840,00*	
[BC x 17% (alíquota interna do produto em MG)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 1.190,00 – 840,00	350,00	210,00 (60%)*	140,00 (40%)

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	7.000,00
ICMS isn/ñ. trib	
ICMS base cálc.	7.000,00
ICMS (alíq. %)	12
ICMS	840,00
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	

Observação:	ICMS Consumidor Final devido a Minas Gerais: 140,00
-------------	--

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	840,00
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio*	210,00
Sub-apuração (tipo): (indicar a que sub-apuração corresponde a operação realizada)	
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	1.050,00

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

CRÉDITOS DO ICMS NORMAL	
OUTROS CRÉDITOS	
✓ Outro crédito: crédito presumido/outorgado CP = BC x 3 % = 7.000,00 x 3%	210,00
ESTORNO DE DÉBITO	
VALOR CRÉDITOS	210,00

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	210,00
DÉBITO	1.050,00
SALDO	840,00
OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	840,00
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	
ICMS - ST (saídas/UFs)	

4.2.11 Contribuinte inscrito em Pernambuco efetua, em fevereiro/2016, serviço de transporte de mercadoria, de Pernambuco para a Bahia. Valor da prestação: R\$ 200,00. Considerando, hipoteticamente, que a alíquota interna da prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas na Bahia é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.1.1 deste informativo):

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da prestação	200,00	PE (origem)	BA (destino)
BC x 12% (alíquota interestadual)	24,00	24,00	
[BC x 17% (alíquota interna do prestação em BA)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 34,00 – 24,00	10,00	6,00 (60%)	4,00 (40%)

4.2.12 Empresa localizada em Pernambuco vende, em fevereiro/2016, para consumidor final localizado no Rio Grande do Sul mercadorias importadas beneficiadas com crédito presumido PRODEPE no percentual de 47,5% sobre o imposto devido na operação. Valor da operação: R\$ 1.000,00. Considerando que a alíquota interna do produto no RS é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo).

		Destinação do imposto	
Base de Cálculo (BC) = valor da operação	1.000,00	PE (origem)	RS (destino)
BC x 4% (alíquota interestadual prod. importado)	40,00	40,00*	
[BC x 18% (alíquota interna do produto em RS)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 40,00	140,00	84,00 (60%)*	56,00 (40%)

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

- Cálculo do crédito presumido PRODEPE (47,5% do imposto devido na saída interestadual):

ICMS da operação = 40,00 (ICMS próprio op. interestadual) + 84,00 (ICMS consumidor final devido a PE) = 124,00

Crédito presumido = 124,00 x 47,5% = **58,90**

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

NF-e – Nota Fiscal eletrônica	
VI. Contábil	1.000,00
ICMS isn/ñ. trib	
ICMS base cálc.	1.000,00
ICMS (alíq. %)	4
ICMS	40,00
ICMS-ST base cálc.	
ICMS-ST	
Observação:	ICMS Consumidor Final devido a RS: 56,00

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

DÉBITOS DO ICMS NORMAL	
ICMS DÉBITO	40,00
OUTROS DÉBITOS	
✓ Outro débito: pagamento de débito próprio*	84,00
Sub-apuração (tipo): (indicar a que sub-apuração corresponde a operação realizada)	
ESTORNOS DE CRÉDITO	
VALOR DÉBITOS	124,00
SALDOS DO ICMS NORMAL	
SALDO DEVEDOR	124,00
DEDUÇÕES	
✓ Dedução: incentivo fiscal (47,5%)	58,90
ICMS NORMAL	65,10

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

CRÉDITO	
DÉBITO	65,10
SALDO	65,10
OBRIGAÇÕES DO ICMS	
ICMS Normal	65,10
ICMS – ST Entradas	
ICMS – AT Entradas	
ICMS - ST (saídas/PE)	
ICMS Importação	
ICMS Outras	
ICMS a recolher total	
ICMS - ST (saídas/UFs)	

5. PERGUNTAS E RESPOSTAS

5.1 A quem cabe a parcela do ICMS Consumidor Final devida à UF de destino quando um consumidor final não contribuinte domiciliado numa determinada UF adquirir mercadoria em UF diversa, e o endereço de entrega pertencer a uma terceira UF (caso 1)? E se o endereço de entrega for na mesma UF do remetente (caso 2)?

Exemplo - caso 1:

UF do remetente: PE

UF do destinatário: MG

UF de entrega da mercadoria: PB

Exemplo - caso 2:

UF do remetente: PE

UF do destinatário: PB

UF de entrega da mercadoria: PE

Em se tratando de operações com mercadorias, considera-se UF de destino aquela onde tem domicílio o destinatário, independentemente de onde deva ocorrer a entrega das mercadorias. Ou seja, prevalece o destino jurídico da mercadoria, e não o seu destino físico. Nos exemplos acima, o ICMS Consumidor Final relativo à UF de destino deve ser recolhido para MG (caso 1) e PB (caso 2). Exceção: construtora adquirindo material para entrega em canteiro de obras situado em outra UF. Nesse caso, a UF de destino é aquela onde se localiza o canteiro de obras, considerado estabelecimento autônomo.

Já nas prestações de serviço de transporte, a UF de destino é aquela onde tenha fim a prestação do serviço.

5.2 Qual o procedimento a ser adotado pelo Posto Fiscal se um contribuinte de outra Unidade da Federação, sem inscrição no CACEPE, enviar mercadoria destinada a consumidor final localizado em PE, sem a GNRE paga ou com recolhimento a menor?

A parcela do ICMS consumidor final que cabe a Pernambuco é devida pelo remetente da mercadoria e deverá ser cobrada na passagem do Posto Fiscal deste Estado, mediante lavratura de Auto de Apreensão, aplicando-se a multa prevista na alínea "c" do inciso X do art. 10 da Lei 11.514/97.

5.3 Como proceder nas operações com brindes destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outras Unidades da Federação?

A partir de 01/01/16, o procedimento previsto nos arts. 455 a 461 do Decreto nº 14.876/91 prevalece apenas nas operações internas. Nas operações interestaduais, deve ser observado o disposto neste informativo quanto ao cálculo e recolhimento do imposto, bem como quanto à emissão do documento fiscal de saída.

5.4 Como deve proceder o contribuinte de outro Estado que efetuar o recolhimento da parcela do ICMS Consumidor final devida a Pernambuco com o código da GNRE incorreto, nas vendas de mercadorias a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado neste Estado?

O contribuinte deverá solicitar o acerto do código da GNRE, enviando pelos correios via Serviço de Encomenda Expressa – SEDEX, para o seguinte endereço: DIRETORIA GERAL DE ANTECIPAÇÃO E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS (DAS) - Gerência de Processos Fiscais (GPRO/DRT) – 16º ANDAR Av. Dantas Barreto, nº 1186 (Edifício San Raphael), Bairro: São José, Recife/PE - CEP 50.020-904, a seguinte documentação:

- ✓ requerimento com firma reconhecida, solicitando o acerto do DAE, especificando o código de receita correto;
- ✓ cópia da GNRE paga.

5.5. Como proceder quando ocorrer devolução da mercadoria pelo consumidor final localizado em outra Unidade da Federação após ter sido efetuado o recolhimento do ICMS Consumidor final pelo remetente da mercadoria?

Remetente localizado em outra Unidade da Federação (inscrito ou não no CACEPE):

- Quanto à parcela do ICMS recolhido para a UF origem: o contribuinte deverá observar a legislação da UF de origem;
- Quanto à parcela do ICMS recolhido para Pernambuco: enquanto a SEFAZ/PE não editar norma específica disciplinando o assunto, o remetente da mercadoria deverá solicitar a restituição a este Estado, enviando a seguinte documentação pelos Correios via Serviço de Encomenda Expressa – SEDEX, para o seguinte endereço: DIRETORIA GERAL DE ANTECIPAÇÃO E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS (DAS) - Gerência de Processos Fiscais (GPRO/DRT) – 16º ANDAR Av. Dantas Barreto, nº 1186 (Edifício San Raphael), Bairro São José, Recife/PE - CEP 50.020-904:

- ✓ requerimento com firma reconhecida, solicitando a mencionada restituição;
- ✓ cópia da GNRE paga.

Remetente localizado em Pernambuco (inscrito ou não na UF de destino)

- Quanto à parcela do ICMS recolhido para Pernambuco: o contribuinte deverá recuperar a parcela do ICMS recolhido para Pernambuco em sua escrituração fiscal. No SEF 2012, efetuar o lançamento deste imposto em “Ajustes da apuração/Créditos do ICMS normal/Outros Créditos, mencionando no campo “observações”, que se trata de mercadoria objeto de devolução, devendo ainda citar o número do documento fiscal relativo à entrada da mercadoria.
- Quanto à parcela do ICMS recolhido para a UF de destino: o contribuinte deverá observar a legislação da UF de destino.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Constituição Federal de 1988
- Lei Complementar nº 87/1996
- Lei nº 10.259/1989
- Lei nº 11.408/1996
- Lei nº 15.523/2003
- Decreto nº 19.528/1996
- Decreto nº 26.402/2004
- Decreto nº 42.546/2015
- Decreto nº 42.564/2015
- Decreto nº 42.594/2016
- Portaria SF nº 77/1998
- Portaria SF nº 142/2002
- Ajuste SINIEF nº 04/1993
- Ajuste SINIEF nº 07/2005
- Ajuste SINIEF nº 09/2007
- Ajuste SINIEF nº 12/2015
- Ajuste SINIEF nº 07/2016
- Convênio SINIEF nº 06/1989
- Convênio ICMS nº 93/2015
- Convênio ICMS nº 152/2015
- Convênio ICMS nº 153/2015
- Convênio ICMS nº 9/2016
- Resolução CGSN nº 94/2011
- Protocolo ICMS 42/2009